

TERRITÓRIOLOGIA NA/DA PRÁXIS?

<https://doi.org/10.4215/rm2022.e21031>

Marcos Saquet ^{a*}

(a) Doutor em Geografia. Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão (PR), Brasil.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3435-8428>. **LATTES:** <http://lattes.cnpq.br/5464297116879647>.

Article history:

Received 05 December, 2022
Accepted 10 December, 2022
Published 15 December, 2022

(*) CORRESPONDING AUTHOR

Address: UNIOESTE, Rua Maringá, 1.200, CEP: 85605010, Francisco Beltrão (PR), Brasil. Tel: (+55 46) 35204834

E-mail: saquetmarcos@hotmail.com

Resumo

Aparentemente, pode parecer redundante ou desnecessário evidenciar a necessidade de estudar o território, porém, não se trata de qualquer pesquisa a que estamos argumentando. Com isto estamos, inicialmente, reassumindo nossa opção territorialista para, logo em seguida, estabelecer uma íntima relação entre o território e as cosmologias indígenas, africanas e camponesas, tentando contribuir para a qualificação teórica, conceitual, metodológica e política de uma ciência territorial popular feita por meio da pesquisa-ação-participativa. Um dos resultados notados é a forte vinculação dessa perspectiva teórico-prática, horizontal, dialógica e reflexiva com uma concepção territorialológica decolonial e contra-hegemônica no âmbito das relações universidade-território, ciência-saber popular, sujeito-sujeito, ensino-pesquisa-extensão/cooperação.

Palavras-chave: Território, Ciência Popular, Práxis, Pesquisa-ação-participativa.

Resumen / Abstract

¿TERRITÓRIOLOGÍA EN/DE LA PRAXIS?

Aparentemente, puede parecer redundante o innecesario, continuar evidenciando la necesidad del estudio del territorio en la actualidad, sin embargo, no se trata de una investigación cualquiera la que estamos argumentando para su discusión. En este sentido, iniciaremos este trabajo reassumiendo nuestra opción territorialista para, inmediatamente después, establecer una íntima relación entre territorio y las cosmologías indígenas, africanas y campesinas, intentando contribuir a la cualificación teórica, conceptual, metodológica y política de una ciencia territorial popular hecha a través de la investigación-acción-participativa. Así mismo, y como uno de los resultados observados, tenemos la fuerte vinculación de esta perspectiva teórico-práctica, horizontal, dialógica y reflexiva con una concepción territorialológica decolonial y contra-hegemónica en el ámbito de las relaciones universidad-territorio, ciencia-saber popular, sujeto-sujeto, docencia-investigación-extensión/cooperación.

Palabras-clave: Territorio, Ciencia Popular, Praxis, Investigación-acción-participativa.

TERRITÓRIOLOGIA IN/OF THE PRAXIS?

Apparently, it may seem redundant or unnecessary to highlight the need to study the territory, however, this is not just any research we are arguing for. With this, we are, initially, reassuming our territorialist option to, soon after, establish an intimate relationship between the territory and the indigenous, African and peasant cosmologies, trying to contribute to the theoretical, conceptual, methodological and political qualification of a popular territorial science made through participatory-action-research. One of the results noted is the strong link between this theoretical-practical, horizontal, dialogical and reflective perspective with a decolonial and counter-hegemonic territorial conception in the context of university-territory, science-popular knowledge, subject-subject, teaching-research-extension/cooperation relations.

Keywords: Territory, Popular Science, Praxis, Participatory-action-research.

INTRODUÇÃO

Se, na literatura brasileira, via google acadêmico, identificamos apenas a obra de Longo Filho (2022) mencionando o conceito de “territoriologia”, na internacional, por sua vez, há uma relação interessante de obras publicadas, especialmente nas línguas inglesa e italiana. De modo geral, parece recorrente a compreensão da “territoriologia” como a ciência dos territórios, numa tentativa de responder problemas existentes, bem como desejos e aspirações no âmbito das relações social de cada constituição territorial. Nessa ciência, há destaque para a identificação e análise das concepções -“tradições” - de interpretação do território efetivadas em diferentes áreas do conhecimento – sobretudo europeias - e, ao mesmo tempo, para descrever e compreender como os distintos territórios são constituídos em sua multidimensionalidade.

Trata-se de uma perspectiva relacional e processual do território – já bem conhecida no Brasil - que, por sua vez, contém fronteiras, ritmos, fluxos, consensos, hegemonias, complexidades, heterogeneidades, diferentes escalas etc., caracterizando-se, no dizer de Andrea Brighenti, num convite para entender o território como uma constituição social e relacional, material-imaterial e heterogêneo, com seus movimentos e relações (BRIGHENTI, 2010, 2013). Para detalhamento dessa compreensão, além das obras aqui citadas, veja-se Brighenti e Karrholm (2022), com tendências atualizadas e instigantes.

Mesmo com os aprofundamentos teórico-conceituais conseguidos nessa perspectiva europeia – que precisam ser reconhecidos -, estamos entendendo que nossa perspectiva de problematização e compreensão da “territoriologia” é diferente, pois estamos numa fase na qual há muito esforço para superar o eurocentrismo “moderno” ou “pós-moderno”, normalmente academicista, universalista, urbanocêntrico e globalista, consoante descrevemos e argumentamos em autor. Talvez esteja nascendo, conosco, na América Latina, uma “territoriologia” na/da práxis, emanada e qualificada a partir dos nossos saberes e sabores, cores e cosmologias, ecossistemas e territórios, produzindo-se conhecimentos mais úteis para e com a nossa gente.

Desse modo, parece-nos inquestionável a importância do território compreendido como conceito de interpretação na ciência geográfica e mesmo em outras afins, como a sociologia, antropologia e economia. Então, se esse conceito é relevante, significa, minimamente, que o território também é entendido como realidade estudada, ou seja, é objeto de estudos, aspecto que pode condicionar uma concepção categorial do território. Como categoria analítica, na nossa compreensão já evidenciada ao longo de pelo menos 22 anos, o território precisa assumir, necessariamente, um conteúdo político muito bem definido a favor das classes sociais populares e mais vulneráveis, dos camponeses, pescadores artesanais, indígenas, afrodescendentes etc.

O fato é que uma vez assumido como categoria, o território tem um significado político, seja a favor da hegemonia, seja a favor da contra-hegemonia, aspecto que experimentamos em nossos distintos projetos de pesquisa-ação-participativa (extensão entendida como cooperação) realizados ao longo de 26 anos. Então, mais do que conceito, objeto e categoria, o território acabou sendo assumido, por nós, como um espaço-tempo de (in)formação, reunião, debate, pesquisa-participante, ação-participativa, enfim, de mobilização, luta e enfrentamento popular numa concepção que consideramos, ousadamente, de territorialista da práxis (i)materializada com profundidade.

Se essa reflexão está coerente, nossa “territoriologia” tem, necessariamente, um conteúdo teórico-prático, empírico-reflexivo, de imersão territorial e compromisso social com os sujeitos de cada projeto e/ou programa de pesquisa-ação-participativa, portanto, está relacionada diretamente com a práxis popular e sustentável. Também está diretamente vinculada com as cosmologias populares – incluindo os povos originários -, portanto, acreditamos que podemos falar de um território-cosmos feito de cosmos-territórios e territórios-cosmos. “[...] O constante e infinito giro constitui a força capaz de unir em uma mesma vida compartilhada com o diferente que existe no universo e no mundo [...]” (QUINTERO WEIR, 2021, p. 18). Os corpos interagem, todos os dias, compartilhando tempos e espaços: a vida de um, depende da vida do outro; os grupos e classes sociais se condicionam, relacionando-se simultaneamente com a natureza exterior aos nossos corpos, coabitando a Terra-galáxia-universo.

Optar por uma concepção histórico-crítica, relacional (trans-multiescalar e transtemporal) e pluridimensional do território como temos argumentado ao longo dos anos, significa copesquisar, coensinar e coatuar com os distintos sujeitos, para e com eles, como tentaremos sintetizar neste texto.

Significa assumir que nossa vida é cósmica, na qual matéria e ideia não estão separadas; aliás, a matéria visível formada por partículas que interagem com a luz possibilitam que vejamos muitas coisas, todos os dias; na qual o espírito é material e a matéria é espiritual (energia visível e invisível) no âmbito da intrínseca relação terra-sistema solar-galáxia-aglomerado de galáxias-universo, prenhe também de energia e matéria escura.

A Terra é nosso corpo, o Sol e o universo também são. Nossa vida-morte é energia sendo consumida que colapsa e retorna ao cosmos também na forma de energia! A humanidade compartilha sua existência com a Terra e o cosmos por meio da energia que originou a própria vida, isto é, da comunicação entre o “céu e a Terra”, de maneira integrada; sem o Sol e a Terra não há vida, sem energia e comunicação no espaço cósmico, onde estão presentes as leis universais, não há vida (RUEDA e RUEDA, 2022).

Isso significa, simultaneamente, que o território-cosmos é vida-morte-vida, portanto, patrimônio (vital) para todos nós, natural e social, temporal e espacial, singular e universal, contém sujeitos e saberes, técnicas e tecnologias, linguagens e memórias, ecossistemas, águas e solos, vegetação e luz, fotossíntese e reações atômicas etc. O território-cosmos-patrimônio, portanto, também é categoria de análise, complexíssima realidade e potência de libertação social e preservação da natureza, aspecto que exige, da nossa parte, uma reflexão-atuação profunda para superar a degradação e contaminação ambiental, a miséria, a repressão, a concentração da riqueza e a centralização do poder. A “profundidade” está justamente nas raízes da colonialidade e descolonialidade territorial, indicada e refletida coerentemente por Kusch (1962), na qual o território, como patrimônio da humanidade (MAGNAGHI, 2000, 2015; SAQUET, 2015 [2011]; BECATTINI e MAGNAGHI, 2015), precisa ser cuidado adequadamente, no presente e para o futuro, sem se desligar do passado.

Profundidade da pesquisa-ação teórico-prática, horizontal e dialógica, participativa e solidária, fundamental para revolucionar as ciências humanas, como a geografia, vinculando-a diretamente à resolução dos problemas da nossa gente. Precisamos, e isto é urgente, superar concepções de pesquisa feitas “apenas” sobre certa realidade, embora muitas vezes críticas, “caminhando” numa direção orientada para os movimentos ambientais, contestatórios e de libertação político-econômica, atingindo um nível mais profundo, trabalhando-se com os sujeitos das resistências, lutas, enfrentamentos, descolonialidades e contra-hegemonias política, cultural, econômica e ambiental, consoante já evidenciamos em autor.

Desta forma estaremos, como educadores e pesquisadores, dentro dos movimentos transtemporais-transterritoriais de luta e resistência popular, enfrentamento e descolonialidade; dos movimentos de práxis (i)materiais e trans-multiescalares, portanto, reticulares e pluridimensionais (social-natural), feitos com a nossa colaboração direta, trabalhando com a massa popular, rural e/ou urbana (SAQUET, 2021a).

Nessa práxis, então, há envolvimento territorial, resignificando-se profundamente o desenvolvimento da “modernidade” e da “pós-modernidade” centrado da ideia de progresso, na produtividade econômica, no pensamento racional baconiano-cartesiano-kantiano, no pensamento único, no neoliberalismo etc. As histórias e geografias únicas revelam, como indica muito bem Adichie (2019 [2009]), o poder de quem manda e define a história e a geografia que devem ser contadas e ensinadas, de quem estabelece o que é e não é válido cientificamente.

Neste sentido, como estamos aludindo há vários anos, nos nossos projetos de pesquisa-ação-participativa, outrora denominados de comunitários, sempre nos esforçamos para (se) envolver (com) as pessoas, contribuindo diretamente para retirar o envolvimento opressor, subordinador, dominador e depredador, envolvendo - os sujeitos de cada projeto - num campo de cooperações e solidariedades, de partilha e sinergia. Assim, coconstruímos o próprio envolvimento, a identidade, o respeito, a mobilização, a luta, a resistência, o enfrentamento territorial, processo no qual não há capital social, mas sim patrimônio territorial e humanitário, com seus sabores e cheiros, cores e saberes.

Somos, estamos e produzimos patrimônios todos os dias e, assim, necessitamos visibilizá-los, ativá-los, valorizá-los, animá-los e preservá-los, contribuindo diretamente para a libertação dos sujeitos, por meio de processos partilhados e comunitários, comunicativos e dialógicos, com autonomia decisória e autogestão, superando o envolvimento e encobrimento colonizador e opressor (SAQUET, 2021b).

A IN(SUB)VERSÃO TEÓRICA E POLÍTICA NUMA CIÊNCIA TERRITORIAL POPULAR

A in(sub)versão teórica e política para construir uma ciência territorial popular requer, necessariamente, a superação do eurocentrismo e, para tal, identificamos um fertilíssimo território na América Latina, a começar pelas cosmologias indígenas, africanas e camponesas, sobre as quais a literatura é vasta. Então, para nosso propósito neste texto, pensamos que é necessário “apenas” destacar alguns aspectos que fazem parte das concepções de natureza, sociedade, tempo e espaço, tal qual verificamos, por exemplo, na excelente obra de Reyes (2009), para o qual os indígenas da América concebiam a unidade sociedade-natureza por meio das suas noções de tempo e espaço; tempos – cosmológicos - dos movimentos solar, lunar e da Terra; esta última, concebida como a “mãe” dos homens, nutrindo-os com as comidas e a água; o espaço está diretamente relacionado com o lugar cotidiano, portanto, com a reprodução cosmológica dos indígenas.

Desse modo, ainda conforme Reyes (2009) produz-se um pensamento indígena com centralidade no homem e nos seus rituais integrados no cosmos, numa íntima relação sociedade-natureza, divindades-sujeitos; cada lugar singular provia as famílias de comidas e demais meios para viver, como os ritos e mitos de cada etnia indígena. Parece que havia, muito mais do que um tempo linear, uma concepção e prática cotidiana do tempo simultâneo, por meio do qual se percebia e sentia, se via e observava, se relacionava e reproduzia como natureza-cosmologia-universo.

Atualmente, em virtude de distintos movimentos contestatórios, críticos e de luta por libertação que perpassam diferentes áreas do conhecimento, espaços e tempos, podemos reconhecer os renascimentos maia e africano, os pensamentos indígenas (DUSSEL, 2009; REYES, 2009) supracitados, bem como a existência de uma “ciência indígena” (QUINTERO WEIR, 2011). Também podemos identificar com tranquilidade a existência de “intelectuais indígenas e camponeses”, como sujeitos acadêmicos que têm alguma produção intelectual e compromisso social com sua comunidade; precisam pesquisar para revitalizar seus saberes (RAMOS, 2020) e “fazer suas comunidades” por meio das suas cosmovisões, sentimentos, práticas, conflitos, poderes (QUINTERO WEIR, 2021). “O que a descoberta de escritores africanos fez por mim foi isto: salvou-me de ter uma história única sobre o que são os livros” (ADICHIE, 2019 [2009], p. 14).

Então, quando discutimos métodos e processos “alternativos” de pesquisa e desenvolvimento precisamos ter muita clareza com o que queremos e necessitamos, com os desejos e as necessidades de cada indivíduo, família, grupo e classe social. O conteúdo “alternativo” não pode camuflar teorias, métodos e processos burgueses, eurocêntricos, academicistas, urbanocêntricos e globalizantes, porque estes atendem, obviamente, os interesses e as estratégias burguesas.

O caráter “alternativo” de certo processo precisa ter o conteúdo da práxis territorial, do enfrentamento popular, descolonial e contra-hegemônico, fortalecendo-se relações de solidariedade, cooperação e confiança, juntamente com processos de conservação e preservação ambiental. Por isto concordamos com Dussel (1995 [1979]), quando afirma que a filosofia – e a geografia, também - precisa abrir-se para o povo, para escutá-lo e interpretá-lo e, ao mesmo tempo, discutindo com o povo para, participativa e criativamente, coproduzir a revolução das classes populares numa direção consciente, por meio de uma filosofia popular (GRAMSCI, 1975 [1929-1932]) que, obviamente, não se restringe à filosofia feita nas universidades.

Por isso também concordamos com Hidalgo Flor (2011), ao compreender a contra-hegemonia como uma forma “alternativa” ao neoliberalismo, com um posicionamento político muito claro e bem definido a favor da interculturalidade e da resistência indígena. A contra-hegemonia faz-se com consciência política autônoma, superação do economicismo, articulação entre movimentos sociais-intelectualidade crítica-processo político, identificada por Francisco Hidalgo Flor nos movimentos indígenas a partir do conceito de Sumak Kawsay (buen vivir), da cosmovisão Kichwa, por meio da qual se luta para reproduzir o equilíbrio das relações sociedade-natureza, para atender as necessidades da população, o respeito à diversidade, os direitos da natureza, a plurinacionalidade e a autonomia política.

Discernimento sobre o “alternativo” que também notamos em Rueda (2022), para o qual a emancipação e contra-hegemonia podem ocorrer a partir das narrativas dos povos originários, numa

perspectiva decolonial, sentipensante, transgressora para orientar a práxis crítica e emancipadora das suas próprias comunidades: quem sabe, narra, conta, para explicar e projetar seu próprio futuro. Problemática outrora evidenciada por Barkin (2012), para o qual o “alternativo” acontece quando os indivíduos de certa organização – como comunidades indígenas - assumem o controle sobre os seus recursos humanos, naturais e materiais, reagindo às forças do mercado global, valorizando a solidariedade, os saberes locais, a diversidade ecológica e a participação social.

Isso significa, no mínimo, que a consciência de si é essencial para o autorreconhecimento e para a autoafirmação político-cultural, para a libertação e autonomia do oprimido e, para tal, é vital atacar e derrotar o colonizador e a colonização, consoante afirmara muito adequadamente Albert Memmi. “A condição colonial não pode ser alterada, exceto eliminando a relação colonial [...]. A revolta é a única saída da situação colonial, e o colonizado percebe isso mais cedo ou mais tarde” (MEMMI, 1991 [1957], p. 14).

Desse modo, certo processo “alternativo” está relacionado com a contra-hegemonia e descolonização que, por sua vez, significa um processo voltado para criar um “homem novo” por meio da luta de libertação (FANON, 2005 [1961]) que, a nosso ver passa, necessariamente, por uma revolução nas ciências humanas. Num práxis territorial subversiva e contra-hegemônica podem ressurgir os “condenados”, em movimento contínuo de luta pela libertação de si e dos outros se livrando da opressão e da colonização, da subordinação e da dependência (FANON, 2005 [1961], 1974).

A IN(SUB)VERSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA NUMA CIÊNCIA TERRITORIAL POPULAR

Uma discussão abstrata das vidas de pessoas que não conheço e com cuja situação não estou familiarizado não é apenas uma perda de tempo, é também desumano e impertinente (FEYERABEND, 2010 [1987], p. 363; grifo do original).

Na nossa compreensão, as mudanças qualitativas que identificamos nas ciências, em especial, nas humanidades, resultam de inovações teóricas, conceituais, metodológicas e de muita (an)coragem política a favor do outro oprimido, colonizado, escravizado, discriminado, inferiorizado etc., aspectos que ainda precisam ser tratados com mais profundidade em virtude da miséria de grande parte da população mundial e do sério agravamento da contaminação e degradação ambiental.

Uma das possibilidades concreto-abstratas e político-culturais que temos tem suas bases nos saberes que herdamos histórica e culturalmente, ou seja, ancestralmente, dos indígenas, africanos e camponeses – supracitados -, sem negligenciar outros povos também muito importantes, como os europeus e asiáticos. Herança formada pelas múltiplas histórias e memórias de cada sujeito-família-lugar (ADICHIE, 2019 [2009]). Ancestralidade por meio da qual podemos, tranquilamente, coconstruir resoluções de problemas cotidianos, num movimento mais amplo que resulta na “ciência popular e própria” (FALS BORDA, 1981, 2006 [1980], 2015 [1970]; BONILLA, CASTILLO, FALS BORDA e LIBREROS, 1972; CICHOSKI e ALVES, 2019; SAQUET, 2019a, 2019b, 2021b, 2022; SAQUET e BOZZANO, 2020), reunindo tradição e inovação, empiria e reflexão, teoria e prática, ciência e política.

Necessitamos um pensamento que não esteja limitado à capacidade de processar informações e à utilização de técnicas [...]. Temos que [...] romper com o estereótipo do intelectual limitado ao manejo da acumulação universal de conhecimentos (ZEMELMAN, 2011 [2005], p. 278).

Neste território do conhecimento, em constantes disputas geopolíticas, epistêmicas, culturais, ambientais e econômicas, a ciência e os conhecimentos populares integrados por meio de um método adequado, contribuem para gerar muitas das respostas de que precisamos cotidianamente, favorecendo o entendimento do “povo com sua própria ciência”, para defesa e satisfação das suas necessidades (FALS BORDA, 1981; SAQUET, 2018a, 2019a, 2019b, 2022). “O conhecimento determina as condições e possibilidades da ação, porém, a ação também determina as condições e possibilidades do conhecimento [...]” (ACOSTA, 2008, p. 98).

Assim, podemos coproduzir uma ciência popular e territorial num movimento de práxis, de construção simultânea de conhecimentos, de pensamentos e de ações, processo de pesquisa-participante e ação-participativa. A coprodução de conhecimentos tem o potencial de reconfigurar as relações de poder, contribuindo para romper a dicotomia entre saberes especializados e locais (TORO-MAYORGA e DUPUITS, 2021). Quando assim é realizada, trata-se de uma ciência do presente e do futuro – obviamente, sem desconsiderar o passado –, feita com o envolvimento do/a pesquisador/a, participando por dentro do processo estudado, ensinando e aprendendo, tentando contribuir para que a reivindicação e luta seja contínua e autônoma no âmbito pluridimensional (SAQUET, 2021b). As visões de futuro são essenciais para orientar o debate e a cocriação das soluções dos problemas identificados, compreendidos, representados e explicados.

Movimento este que não prescinde da “consciência de lugar” discutida e praticada territorialmente em equipes interdisciplinares e interinstitucionais, com camponeses e demais cidadãos, dentro e fora da universidade, ativando-se territorialidades, cores, sabores e saberes, a participação social e a solidariedade, para a reprodução do lugar como espaço de convivência com relações comunitárias e antídoto contra a globalização econômica (BECATTINI e MAGNAGHI, 2015; SAQUET, 2017, 2018b, 2019b, 2022; SAQUET e BOZZANO, 2020).

E essa reflexão-ação territorial tem, necessariamente, muita (an)coragem no tempo e no espaço dos sujeitos de cada projeto, nas suas necessidades mais urgentes, nos seus conhecimentos e nas suas formas de organização, mobilização e luta política, qualificando-se a reciprocidade, a sinergia e a cooperação. Assim, em vez de um sujeito individual e coisificado, há um sujeito social-natural-espiritual-cosmológico. Tenta-se superar fragmentações “modernas” e “pós-modernas”, bem como a negação do sujeito concreto pensante e criativo da cotidianidade para contribuir na conquista de autonomia decisória.

Os princípios orientadores da pesquisa e da ação são transformados em práticas em diferentes escalas: família-casa, estabelecimento de terra rural ou urbana, ruas e estradas, centros de formação e mobilização popular, bairros, cidades, municípios, região (trans-multiescalaridade), sempre visando à valorização dos sujeitos do campo e da cidade; analisamos a caracterização atual dos estabelecimentos rurais, dos lotes urbanos e das famílias, estabelecendo as metas, as ações, o orçamento necessário e os responsáveis por cada atividade prevista e aprovada nas assembleias comunitárias. O mercado consumidor regional para os alimentos agroecológicos também foi analisado, considerando-se, para comercialização, as redes curtas, preferencialmente as diretas, contribuindo criar e ampliar o consumo ecológico e solidário.

Ações de pesquisa e cooperação realizadas para fortalecer o movimento de resistência político-cultural e luta contra os agentes hegemônicos, bem como para conquistar melhores condições de vida. Sempre avaliamos cada projeto realizado, para orientar a pesquisa-ação futura, tentando facilitar a superação das muitas e complexas dificuldades encontradas no campo e na cidade.

Então, trabalhando na interface universidade-território, pesquisa-ação, ciência-saber popular, nós aprendemos que as sinergias são fundamentais, integrando conhecimentos e técnicas, sujeitos urbanos e rurais, contribuindo para superar a histórica separação entre ciência e senso comum, intelectualidade e massa popular. Nessa interface ou fronteira, a constituição de espaços de aprendizagem em cada projeto de pesquisa-ação-participativa foi bastante rica para nossa formação político-cultural e para animar os camponeses e os cidadãos por meio das oficinas, dos cursos, dos intercâmbios técnicos, das reuniões, das assembleias, das mobilizações políticas, das propagandas das suas produções agroecológicas etc.

Nesses espaços de aprendizagem que criamos, percebemos claramente a percepção mais geral evidenciada por Zemelman (2006 [2003]), quando este se refere aos “espaços de incorporação do sujeito” na construção do conhecimento, onde os mesmos – sujeitos – abrem-se ao inédito, ao desconhecido, para além das soluções e dos conceitos já estabelecidos academicamente. Escutar é fundamental!

O enraizamento cultural (nas relações de confiança, pertencimento e reconhecimento político-territorial) também se revelou bastante adequado para ativar e/ou qualificar cooperações existentes nos vínculos locais e nas redes curtas de produção, certificação agroecológica e comercialização. Assim, a participação popular em campos de sinergias tem sido fundamental para valorizar os sujeitos e seus conhecimentos, instigar compromissos e para integrar conhecimentos

(a)teóricos, acadêmicos e populares, numa gestão territorial que consideramos dialógica e solidária (SAQUET, 2021a).

Trata-se, parafraseando Torres Restrepo (1985 [1964]), de uma “encarnação na humanidade”, na cultura e na história, com uma orientação popular comprometida com o bem comum das maiorias (populares) oprimidas. Ademais, parece claro que, uma das condições para a coprodução de conhecimentos é justamente a identificação e valorização das raízes históricas de cada grupo social em certo território (TORO-MAYORGA e DUPUITS, 2021), coprodução que pode muito bem ser realizada por meio da IAP – Investigación-Acción-Participativa.

Assim, a IAP se descobre como um método científico de trabalho produtivo (não somente de pesquisa) que implica organizar e impulsionar movimentos sociais de base como frentes amplas das classes populares e de diferentes grupos comprometidos com as mudanças estruturais (FALS BORDA, 2012 [1986], p. 139).

Coprodução de conhecimentos que estamos experimentando e aprendendo ao longo dos anos, inovando e adaptando, pesquisando-refletindo-fazendo e fazendo-refletindo-pesquisando. Veja-se, por exemplo, Saquet e Ramírez-Miranda (2021), Canevari (2021) e Silva (2022), entre outras obras, nas quais trabalhamos com as já muito bem conhecidas fases sucessivas da pesquisa em ciências humanas e, ao mesmo tempo, incorporamos atividades simultâneas, justamente para facilitar a pesquisa-ação-participativa, tentando superar os longos e recorrentes capítulos teóricos, históricos e contextuais – em dissertações e teses - em detrimento das análises do objeto de estudos; também recorreremos à simultaneidade da pesquisa-participante e da ação-participativa para envolver os sujeitos – e envolvermo-nos com eles - na pesquisa, nas análises e nas ações de cooperação. Evidentemente, este processo não é harmônico e tranquilo, pelo contrário, é árduo, complexo, lento, requer muita paciência e sensibilidade de todos os envolvidos em cada processo de IAP.

Então, estamos in(sub)vertendo as teorias, as referências, os conceitos e as categorias, juntamente com o jeito de pesquisar e produzir conhecimentos. Enquanto, normalmente, prossegue-se somente com a pesquisa bibliográfica, seguida por outras fases (lado esquerdo da Tabela 1), a revisão de literatura, sempre necessária, vai acontecendo no decorrer da pesquisa e, ao mesmo tempo, vamos coletando e analisando os dados secundários, produzindo os mapas (digitais e/ou sociais), coletando e analisando os dados primários (lado direito da Tabela 1). O foco das leituras é para os temas centrais de cada projeto; os questionários são aplicados por nós e pelos sujeitos de cada projeto que recebem nossas análises para debater e contribuir: normalmente, conhecem muito, popularmente, o que fazem diariamente. As ações de cooperação, como se espera numa ciência popular e territorial feita com a IAP, são discutidas e definidas a partir das demandas das famílias e grupos sociais com os quais trabalhamos.

1º. Revisão de literatura: revolução verde no mundo	1º. Agroecologia no Brasil e no espaço estudado, com a possibilidade de relacionar e comparar com a revolução verde
2º. Revolução verde no Brasil	2º. Território, espaço geográfico ... orientando as pesquisas dos dados secundários e primários, bem como a IAP
3º. Agroecologia no mundo e no Brasil	3º. Agroecologia no espaço estudado: pesquisa-participante
4º. Desenvolvimento no nível internacional	4º. Agroecologia e ativação das territorialidades: ação-participativa
5º. Território, espaço geográfico ...	5º. Sugestões para a gestão territorial do envolvimento ...
6º. Pesquisa documental	6º. Pode-se produzir relatório ou cadernos pedagógicos específicos para os sujeitos e instituições de cada projeto
7º. Coleta, tratamento e análise dos dados secundários	---
8º. Coleta, tratamento e análise dos dados primários etc.	---
9º. Considerações finais	---

Tabela 1 – Exemplos de diferentes formas de produzir conhecimento. Fonte: Elaboração de autor, março de 2021.

Como trabalhamos no âmbito da interdisciplinaridade e da multidimensionalidade e, diante da

complexidade dos problemas normalmente identificados, sempre definimos prioridades para enfrentamento nos curto, médio e longo prazos: as ações se complementam no tempo e no espaço, entre as distintas dimensões da vida em sociedade-natureza. Este processo nutre, evidentemente, a auto-organização, a consciência de lugar, a participação social, o compromisso político, os níveis de comprometimento na relação universidade-território, a integração ciência-saber popular e, ao mesmo tempo, a IAP e a redação de uma dissertação de mestrado ou tese de doutorado (Tabela 2).

	Pesquisa bibliográfica e documental		Reflexão-ação
	Dados secundários	Dados primários	Reflexão-ação
Conversa	Questionários e/ou entrevistas	Entrevistas Cartografia digital	Reflexão-ação
Discussão	Pesquisa participante: oficinas, cartografia social, convivência etc.		Ação participativa: Ação-reflexão-ação

Tabela 2 – O processo e a coexistência na IAP. Fonte: Elaboração de autor, março de 2021.

Aí a versatilidade metodológica e conceitual é fundamental, juntamente com os objetivos e metas de cada projeto de pesquisa-ação-participativa, diante de uma realidade sócio-natural-cosmológica fugaz e incerta, difusa e esfumada, efêmera e duradoura, reveladora e rítmica, desconhecida e conhecida, (a)teórica, (meta)física, objetiva e subjetiva. Realidade esta que parece ser inapreensível e sem possibilidade de reordenar as relações de poder – a favor da justiça social e da preservação ambiental – por meio das teorias e dos métodos universalizantes, globalizantes, evolucionistas, economicistas e urbanocêntricos, sejam eles “modernos” ou “pós-modernos”.

O sujeito imperial do capitalismo global se mantém escamoteado por trás da racionalidade do mercado e das metanarrativas, naturalizando relações e processos transnacionais, como se fossem normais e necessários para todos (ACOSTA, 2008; SAQUET, 2022). As “alternativas” ao neoliberalismo não existem para os intelectuais burgueses, a não ser, evidentemente, a imersão em longas redes num mercado tornado utopia e fetiche a ser alcançado por todos.

Talvez “uma outra globalização” (SANTOS, 2008 [2000]) não seja possível transitando-se do pensamento único para uma “consciência universal” sem uma mudança (i)materialmente profunda coproduzida com nossa gente. Parece que Fals Borda (2000) tem razão quando afirma que muitos fracassos de políticas nacionais derivam da ignorância das identidades territoriais a favor de influências imperiais. Aliás, dizer para os outros, o que precisa ser feito, a partir de pesquisas feitas sem sair da universidade, é uma forma hipócrita e vulgar de ironizar o sofrimento do outro.

O que temos percebido, é que pesquisadores “modernos” e “pós-modernos” têm diminuído os saberes dos grupos sociais singulares, perpetuando-se como hegemônicos, silenciando-se e apagando-se saberes das comunidades tradicionais (RAMOS, 2020; SAQUET, 2022). Ainda se argumenta, e muito, a favor da pretensa neutralidade da ciência e do pesquisador, perpetuando-se – incrivelmente - como “idiotas úteis”, no dizer de Camilo Torres Restrepo!

Os típicos intelectuais ocidentais são pessoas que não sujam as mãos e os pés. Muitos deles falam do alto de suas cátedras, ensinando o que leram ou as conclusões a que chegaram em seus laboratórios altamente higienizados de povo, mas não o que vivem (RAMOS, 2020, p. 138).

É extremamente necessário, portanto, pesquisar-atuar-refletir com profundidade as/nas singularidades territoriais, com ação-reflexão-ação, com compromisso e imersão social-territorial, horizontalidade e diálogo, cogendo-se soluções específicas, para problemas localizados, e universais, para problemas globais, coproduzindo-se teorias, conceitos e métodos para e com o nosso povo.

UMA TERRITRIOLOGIA NA/DA PRÁXIS?

Quem sabe, trabalhando desse jeito aqui aludido, estamos contribuindo para construir uma concepção efetivamente descolonial e contra-hegemônica no âmbito das relações universidade-território, ciência-saber popular, sujeito-sujeito, ensino-pesquisa-extensão, bem como para produzir,

silenciosamente, uma revolução nas formas e nos conteúdos do conhecimento, perpassando a graduação e a pós-graduação. A práxis territorial popular pode e precisa ocorrer dentro e fora das universidades, cocriando-se uma revolução político-cultural-ambiental a favor do povo mais simples e humilde, substantivando-se uma práxis territorial vinculada aos distintos sujeitos de cada território e lugar, no tempo e no espaço.

Por meio da nossa práxis (i)materializada ao longo dos anos, acreditamos que estamos colaborando para a qualificação político-cultura-ambiental de uma Geografia (i)material da práxis territorial popular e descolonial (SAQUET, 2021a) ou de uma Geografia territorial popular, raiz ou própria, feita preferencialmente com o povo, também denominada de Geografia (a)efetivamente comunitária e vicinal (SAQUET, 2021b).

O pensar que não se compromete com a realidade histórica, sendo esta a única realidade que nos foi dada para viver, é um pensar sofisticado, inautêntico e solidário com o status quo, com a dominação e com o assassinato do pobre (DUSSEL, 2017 [1973], p. 12; grifo do original).

Por meio de uma geografia orientada para a práxis popular, podemos gerar soluções cocriadas, partilhadas, debatidas e refletidas. A participação vai acontecendo desde a coleta e análise dos dados, passando pela discussão do método e das técnicas, dos conceitos e dos objetivos, até o planejamento e realização das ações voltadas para o envolvimento e compromisso territorial, com muita empiria reflexiva e ancoragem territorial. Assim, não é demais mencionar que Torres Restrepo (1985 [1967]) já indicara que as ciências sociais se tornavam indutivas, evidenciando-se a “irrefutabilidade dos fatos”, a unidade natural-“sobrenatural” e o homem como “realidade integrada” do ponto de vista da matéria e do espírito. Realidade esta (i)material, consoante já afirmamos em outras oportunidades, na qual o sentimento está em nós e no outro, na experiência cotidiana feita com sensibilidade, convivendo e cooperando com o outro, participando desde dentro da sua vida, vivendo no mesmo mundo.

E esta parece mesmo uma das condições para se avançar qualitativamente no conhecer-fazer-saber voltado para a vida das pessoas mais humildes e vulneráveis: o conhecimento se dá na “caminhada” do mundo, entre nós, cotidianamente, a partir dos lugares onde se pensa e sente: “Assim, de acordo com a lógica própria do sentipensar aïnuu, eirare é o lugar de onde vemos e sentimos com o espírito, com nosso coração” (QUINTERO WEIR, 2021, p. 10).

Vista, observação, raciocínio e sentimento acontecem juntos no pensamento – que não se restringe, obviamente, à universidade – e, desse modo, podemos ver o que não está visível, perceber o que não vemos, entender o que não ouvimos, como ocorre entre os indígenas Kichwas, do Equador, quando se referem à Pacha-Kawsay, que significa espaço-tempo, mundo, existência, saber vivido e experimentado por eles mesmos (QUINTERO WEIR, 2021).

Sentipensar e coatuar/cooperar, no ensino, na pesquisa e na extensão, dentro e fora da universidade, pode significar uma revolução na produção do conhecimento e na sua utilização para o bem-comum. E mais, isto pode ocorrer em nossos cursos de graduação e pós-graduação! O outro necessita ser concebido como um “sujeito vivo e atuante, sujeito do conhecimento”, contribuindo-se para romper a perpetuação dos paradigmas “modernos” e “pós-modernos” (ACOSTA, 2008).

Por fim, embora muito longe de concluir essa reflexão, precisamos perguntar para nossos possíveis leitores: Estamos na direção de uma “territoriologia” na/da práxis? Talvez, nesta perspectiva, esteja, de fato, a energia-vida da futura “territoriologia” na/da práxis, teórico-prática, científico-popular, participativa e cooperada, descolonial e contra-hegemônica. Como podemos, de fato, construir um mundo mais humano, “contra-racional”, solidário, politizado, enfim, uma “nova civilização”, como preconiza Milton Santos?

AGRADECIMENTOS

Agradecemos atentamente os importantes comentários feitos pelo prof. João Osvaldo Nunes Rodrigues, pois este nos auxiliou no aprofundamento de algumas questões fundamentais, como a IAP. Também agradecemos os financiamentos do CNPq (bolsa de produtividade, PQ 2) e da Fundação Araucária - Paraná, por meio do Programa dos Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação Alimento e

Território (NAPI Alimento e Território).

REFERENCIAS

ACOSTA, Yamandú. *Filosofía latinoamericana y democracia en clave de derechos humanos*. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad, 2008.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019 [2009].

BARKIN, David. *Communities constructing their own alternatives in the face of crisis*, Mountain Research and Development, n. 32, 2012, p. 11-22.

BECATTINI, Giacomo. *Ritorno al territorio*. Bologna: Il Mulino, 2009.

BECATTINI, Giacomo e MAGNAGHI, Alberto. *Coscienza di classe e coscienza di luogo*. In: BECATTINI, G. (Org.). *La coscienza dei luoghi*. Roma: Donzelli, 2015. p. 115-222.

BONILLA, Victor; CASTILLO, Gonzalo; FALS BORDA, Orlando; LIBREROS, Augusto. *Causa popular, ciencia popular*. Bogotá: Publicaciones de La Rosca, 1972.

BRIGHENTI, Andrea Mubi. *On territorology: towards a general science of territory*, Theory, Culture & Society, vol. 27, n. 1, 2010, p. 52-72.

BRIGHENTI, Andrea Mubi. *Teoria dei territori*, Scienza & Politica, vol. 25, n. 48, 2013, p. 175-183.

BRIGHENTI, Andrea e KARRHOLM, Mattias. *Territories, environments, politics. Explorations in territoriology*. London and New York: Routledge, Taylor & Francis, 2022.

CANEVARI, Tomás. *Disputas de sentidos y reconfiguración de lo social a partir de la inundación de 2013 en un barrio popular de La Plata. Comunicación, ciudad y procesos de transformación*. La Plata, tesis de doctorado (Doctorado en Comunicación), Universidad Nacional de La Plata, 2021.

CICHOSKI, Pâmela e ALVES, Adilson. *A pesquisa-ação na obra de Orlando Fals Borda: contribuições para repensar o desenvolvimento rural*, Revista Campo-Território, vol. 14, n. 34, 2019, p. 61-85.

DUSSEL, Enrique. *Introducción a la filosofía de la liberación*. Bogotá: Ed. Nueva América, 1995 [1979].

DUSSEL, Enrique. *Introducción*. In: DUSSEL, E.; MENDIETA, E.; BOHÓRQUEZ, C. (Org.). *El pensamiento filosófico latinoamericano, del Caribe y “latino” [1300-2000]*. México, DF: Siglo XXI Editores, CREFAL, 2009. p. 15-20.

DUSSEL, Enrique. *Para una ética de la liberación latinoamericana – Tomo 1*. México, DF: Siglo XXI Ed., 2017 [1973].

FALS BORDA, Orlando. *La ciencia y el pueblo*: In: GROSSI, F.; GIANOTTEN, V.; WIT, T. (Org.). *Investigación participativa y praxis rural*. Lima: Mosca Azul, 1981. p. 19-47.

FALS BORDA, Orlando. *El territorio como construcción social*. In: FALS BORDA, O. *Acción y espacio. Autonomías en la nueva República*. Bogotá: IEPRI, 2000.

FALS BORDA, Orlando. *Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação social*. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 2006 [1980]. p. 42-62.

FALS BORDA, Orlando. *Primera lección: saber interactuar y organizarse*. In: HERRERA FARFÁN, N. y LÓPEZ GUZMÁN, L. (Org.). *Ciencia, compromiso y cambio social. Textos de Orlando Fals Borda*. Buenos Aires: El Colectivo – Lanzas y Letras – Extensión Libros, 2012 [1986]. p. 123-141.

FALS BORDA, Orlando. *Hacia el socialismo raizal y otros escritos*. In: Orlando Fals Borda – *Socialismo raizal y el ordenamiento territorial*. Bogotá: Ed. Desde Abajo, 2013 [2007]. p. 35-136.

- FALS BORDA, Orlando. La crisis, el compromiso y la ciencia. In: _____. Una sociología sentipensante para América Latina. Cidade do México: Siglo Veintiuno; CLACSO, 2015 [1970]. p. 219-252.
- FANON, Frantz. Os condenados da terra. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005 [1961].
- FANON, Frantz. Dialéctica de la liberación. Buenos Aires: Pirata, 1974.
- FEYERABEND, Paul. Adeus à razão. São Paulo: Editora Unesp, 2010 [1987].
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2011 [1974].
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011 [1996].
- GRAMSCI, Antonio. Quaderni del carcere, vol. I (1929-1932). Turim: Einaudi, 1975.
- GRAMSCI, Antonio. Quaderni del carcere, vol. III (1932-1935). Turim: Einaudi, 1975.
- HIDALGO FLOR, Francisco. Buen vivir, sumak kawsay: aporte contrahegemónico del proceso andino, Utopía y Praxis Latinoamericana, vol. 16, n. 53, 2011, p. 85-94.
- KUSCH, Rodolfo. América profunda. Rosario, Argentina: Editorial Fundación Ross, 1962.
- LONGO FILHO, Fernando. Brasília: Direito do território, cartografia jurídica e arranjos institucionais. São Paulo: Editora Dialética, 2022.
- MAGNAGHI, Alberto. La lunga marcia del ritorno al territorio. In: BECATTINI, G. (Org.). La coscienza dei luoghi. Roma: Donzelli, 2015. p. VII-XVI.
- MEMMI, Albert. The colonizer and the colonized. Boston: Beacon Press, 1991 [1957].
- QUINTERO WEIR, José. Wopukaru Jatumi Wataawai: el camino hacia nuestro propio saber, Utopía y Praxis Latinoamericana, ano 16, n. 54, 2011, p. 93-116.
- QUINTERO WEIR, José. Conocer desde el sentipensar indígena – teoría y práctica del conocimiento para la vida. Universidad Autónoma Indígena, Guadalajara, México, 2021.
- RAMOS, Antonio Dari. Alcances e desafios teórico-metodológicos da epistemologia decolonial: intelectuais indígenas e camponeses no centro do debate. In: KNAPP, Cássio; MARSCHNER, Walter (Org.). Educação e territorialidade. Dourados, MS: Editora UEMS, 2020. p. 112-145.
- REYES, Luis Alberto. El pensamiento indígena en América. Buenos Aires: Biblos, 2009.
- RUEDA, Eduardo. Orígenes y trayectorias de la humanidad: narraciones originarias y emancipación. In: RUEDA, Eduardo et. At. (Org.). Retornar al origen: narrativas ancestrales sobre humanidad, tiempo y mundo. Buenos Aires: CLACSO; Montevideú: UNESCO, 2022. p. 17-22.
- RUEDA, Eduardo y RUEDA, Nicolás. Un techo entretejido: memoria del origen y porvenir. In: RUEDA, Eduardo et. At. (Org.). Retornar al origen: narrativas ancestrales sobre humanidad, tiempo y mundo. Buenos Aires: CLACSO; Montevideú: UNESCO, 2022. p. 127-148.
- SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2008 [2000].
- SAQUET, Marcos. Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2017.
- SAQUET, Marcos. A perspective of counter-hegemonic analysis and territorial transformation, Geographica Helvetica, v. 73, p. 347 - 355, 2018a.
- SAQUET, Marcos. A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial, Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 20, n. 3, 2018b, p. 479 - 505.

SAQUET, Marcos. Ciência popular e contra-hegemonia no desenvolvimento. In: CURY, M.; MAGNAMI, E e CARVALHO, R. (Org.). Ambiente e território: abordagens e transformações sociais. Londrina: Madreperóla, 2019a. p. 33-49.

SAQUET, Marcos. Saber popular, práxis territorial e contra-hegemonia. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2019b.

SAQUET, Marcos. O conhecimento popular na práxis territorial: uma possibilidade para trabalhar com as pessoas, AGEI - Geotema, Suplemento 2019c, p. 5-16.

SAQUET, Marcos. O território: a abordagem territorial e suas implicações nas dinâmicas de desenvolvimento, Informe Gepec, v. 23, 2019d, p. 25-39.

SAQUET, Marcos. Praxis in territorial counter-hegemonic development: other paradigms of research and participatory action. In: GRIGNOLI, D. e BORTOLETTO, N. (Org.). Dal locale al globale e ritorno: nuovi paradigmi e nuovi modelli di azione. Milano: Franco Angeli, 2019d. p. 61-75.

SAQUET, Marcos. Uma Geografia (i)material voltada para a práxis territorial popular e descolonial, Revista NERA, vol. 24, n. 57, 2021a, p. 54-78.

SAQUET, Marcos. O território numa perspectiva popular. In: MEURER, Ane Carine et al. (org.). As categorias e as geografias do século XXI. São Paulo: FFLCH, 2021b. p. 152-196.

SAQUET, Marcos. Singularidades: um manifesto a favor da ciência territorial popular feita na práxis descolonial e contra-hegemônica. Rio de Janeiro. Editora Consequência, 2022.

SAQUET, Marcos e BOZZANO, Horacio. Territory conceptions and practices in Latin America: contributions to the debate (I), Revista Continentes, ano 9, n. 16, 2020, p. 257-281.

SAQUET, Marcos e RAMÍREZ-MIRANDA, César. The Transversal and Territorial Praxis of Regional Development. In: Mishra, M. et al. (ed.). Regional Development Planning and Practice. Singapore: Springer Nature, 2021. p. 10-33.

SILVA, Luis Fabiano. Práxis territorial e contra-hegemônica: uma experiência de investigação-ação-participativa no Quilombo Bom Sucesso, Mata Roma, MA. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual do Centro-Sul, Unicentro, 2022.

TORO-MAYORGA, Lorena y DUPUIITS, Emile. Coproduciendo el desarrollo territorial: estratégias público-comunitarias por el agua y los alimentos en Imbabura, Ecuador, Eutopía, n. 19, 2021, p. 157-174.

TORRES RESTREPO, Camilo. El hombre bidimensional. In: Camilo Torres Restrepo – escritos, Bogotá, 1985 [1967], p. 43-46.

TORRES RESTREPO, Camilo. Responsabilidad del cristiano en la planificación económica. In: Camilo Torres Restrepo – escritos, Bogotá, 1985 [1964], p. 61-67.

ZEMELMAN, Hugo. Sujeito e sentido. Considerações sobre a vinculação do sujeito ao conhecimento que constrói. In: SOUSA SANTOS, B. (Org.). Conhecimento prudente para uma vida decente. São Paulo: Cortez, 2006 [2003]. p. 457-468.

ZEMELMAN, Hugo. La premisa de la conciencia histórica. In: ZEMELMAN, H. Configuraciones críticas. Pensar epistémico sobre la realidad. México, DF: Siglo XXI/CCREAAMC, 2011 [2005], p. 273-290.